

Trajetos escolares e destinos profissionais: o caso das ciências sociais no Brasil¹

Rodrigo Bordignon²

Resumo

O presente texto focaliza as relações entre trajeto escolar e destinos profissionais nas ciências sociais brasileiras. Trata-se de uma primeira exploração de uma base de dados composta pelo conjunto dos professores vinculados aos programas de pós-graduação nas áreas de antropologia e arqueologia, ciência política e relações internacionais e sociologia. A hipótese geral que orienta a pesquisa é que as diferentes modalidades de trajeto escolar conectam-se às hierarquias dos cursos e das instituições de destino. O objetivo é dimensionar o modo como a estrutura dos cursos de pós-graduação em ciências sociais diferencia modalidades de investimento escolar e impacta no perfil do corpo professoral. Para tanto, foi conduzida uma análise de correspondência múltipla (ACM), tomando a instituição escolar de origem, a data de fundação dos cursos, os conceitos de avaliação e o ponto de chegada em termos de vínculo profissional. Os resultados indicam que as conexões entre instituições de origem e de destino são dependentes das relações entre centro e periferia em nível nacional e internacional, impactando de modo diferencial nas chances de acesso às carreiras e de afirmação no campo das ciências sociais.

Palavras-chave: Antropologia. Ciência Política. Sociologia. Circulação Internacional.

Introdução

O presente texto tem como objeto as relações entre trajeto escolar e destinos profissionais nas ciências sociais brasileiras. Trata-se da primeira

1 *Agradeço a leitura e as sugestões de Afrânio Raul Garcia Jr. e de Sergio Miceli, as quais muito contribuíram para a versão final deste texto.*

2 *Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: rrbordignon@hotmail.com.*



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

exploração de uma base de dados composta pelo conjunto dos professores inscritos nos programas de pós-graduação nas áreas de antropologia e arqueologia, ciência política e relações internacionais e sociologia. O material utilizado é parte de uma pesquisa mais geral, centrada no problema da multiplicidade de critérios, princípios de hierarquização e legitimação a partir dos quais se definem os diferentes valores dos títulos escolares e suas possibilidades de retribuição e reconversão profissional. A questão geral de trabalho está centrada, portanto, na ambivalência dos títulos escolares enquanto certificação técnica e social de competência e seus efeitos para as modalidades de realização das carreiras universitárias em suas relações com o problema da autonomia do campo científico e universitário. Nesta perspectiva, a constituição do mercado e as diferentes possibilidades de inserção profissional na condição de professor de ensino superior no Brasil estão associadas a múltiplas estratégias individuais e coletivas, base para a homologia entre a hierarquia de diplomas e a de postos de trabalho.

Como já destacado, não estão em pauta o conjunto dos professores de ciências sociais no Brasil, mas apenas uma de suas frações, aquela mais diretamente vinculada aos programas de pós-graduação. O objetivo desta incursão inicial é destacar as relações entre os trajetos escolares – apreendidos pelas instituições de graduação, mestrado e doutorado – e os destinos profissionais. Como se trata de uma primeira exploração, não são focalizados os níveis e as modalidades de circulação internacional, mas apenas as associações mais gerais entre os locais de obtenção de títulos de doutorado e suas relações diferenciais com as dinâmicas específicas de constituição e de afirmação da arquitetura das ciências sociais no Brasil³. Se por um lado isso limita as possibilidades de exploração das relações entre o espaço nacional e o internacional de formação, escondendo as especificidades que conectam determinadas áreas e instituições às redes de circulação e de pesquisa, por outro permite indicar os caminhos a serem trilhados pelas análises futuras. Em grande medida, o esforço inicial busca conectar as transformações no

3 *As políticas de fomento à formação no exterior se transformam ao longo do tempo, implicando possibilidades e modalidades distintas de circulação internacional, as quais variam de acordo com o ano de titulação. Como a exploração geral aqui apresentada considera apenas a formação plena no exterior como indicador, subdimensiona as modalidades de formação no exterior que passam a ganhar força a partir dos anos 2000. Para um panorama geral dessas mudanças, ver Coradini, 2000.*

mercado de postos e as diferentes lógicas de consolidação do espaço nacional de formação do corpo professoral (HEILBRON, 2001; KARADY, 1998). Neste lastro, a circulação internacional entra como um elemento a mais na disputa pela hierarquização dos cursos, e se relaciona às próprias condições e modalidades de institucionalização das ciências sociais e do sistema de pós-graduação no Brasil (CORADINI, 2005, 2009; GARCIA JR., 2009a).

No caso específico da história dos cientistas e das ciências sociais no Brasil, a consolidação material e institucional esteve atrelada ao estímulo crescente de agências públicas de apoio e financiamento à pesquisa, e de organizações filantrópicas internacionais. Para as últimas, especialmente, as ciências sociais possuíam um fim instrumental com vistas à intervenção e produção de determinados problemas “sociais” e “políticos” (MICELI, 1995; GARCIA JR., 2011; CANEDO; GARCIA JR., 2005). As possibilidades de afirmação no quadro institucional em construção conectam-se, assim, à “[...] montagem de redes envolvendo as lideranças das agências e dos mutuários e os mecanismos decisórios e de avaliação” criados ao longo do tempo. A principal consequência disso é um espaço historicamente estruturado a partir de um conjunto de posições centrais, cujo efeito é um “extremado corporativismo que costuma pautar” as práticas, atitudes e tomadas de posição dos cientistas sociais brasileiros, tendência reforçada “[...] pelo fato de os nichos que melhor definem e simbolizam tal ofício no mercado de trabalho serem aquelas reservas de privilegiados nos programas de pós-graduação e nos centros privados de pesquisa” (MICELI, 1995, p. 11-12), cujas hierarquias e financiamento são dependentes da proximidade diferencial com as burocracias públicas e com as organizações e redes de circulação internacional. Em larga medida, a ossatura institucional da pós-graduação nas ciências sociais esteve condicionada à maior ou menor dependência em relação às fundações privadas norte-americanas, variável que atinge de modo desigual a sociologia, a ciência política e a antropologia.

Em vista disso, a hipótese de trabalho é de que nas relações entre os trajetos escolares e destinos profissionais se interpõem uma multiplicidade de fatores que estão na base de deslocamentos e chances desiguais de inserção no cargo de professor, dentre os quais se destacam: i) a posição dos respectivos cursos de origem e de destino; ii) os marcadores institucionais que compõem as trajetórias escolares; e iii) as dinâmicas de expansão da

pós-graduação e de consolidação de centros de formação doutoral no Brasil. Contudo, ao invés de constituírem pontos específicos de análise, os fatores elencados são interdependentes, notadamente pela conexão entre os processos constitutivos do mercado dos títulos escolares e dos postos disponíveis aos pretendentes às carreiras docentes, e a recomposição do espaço institucional das ciências sociais em direção à ampliação dos centros de produção de diplomados e o alargamento das redes de pesquisa. O encontro entre os dois processos tem, conseqüentemente, impactos significativos para a diversificação dos trajetos escolares e para as relações de centro e periferia em múltiplos níveis.

O entrecruzamento dos fatores tem seu cerne no caráter gradual que preside a montagem da arquitetura institucional das ciências sociais brasileiras. Inicialmente, a configuração de um sistema estruturado a partir de um centro específico de formação em nível de pós-graduação – no caso, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e em menor grau a Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933 –, engendra uma dinâmica de oferta de diplomados sem que existam postos disponíveis para a sua absorção nas instituições universitárias e de pesquisa existentes. Em consequência, a ampliação institucional voltada para a formação de quadros docentes, a organização do sistema de pós-graduação e a afirmação das ciências sociais brasileiras, ancorada no apoio governamental e na filantropia privada, encontra um contingente de diplomados disponível às funções de ensino e pesquisa e, ao mesmo tempo, coloca em movimento um processo de concorrência entre os centros de formação já estabelecidos, e aqueles em vias de constituição e com pretensões de afirmação.

O efeito mais geral das transformações nas condições objetivas de concorrência é a configuração de fluxos que traçam as relações entre centro e periferia, as quais se expressam de modo desigual nas hierarquias em nível regional e nacional, e no interior das quais a circulação internacional tem um peso diferencial. Por conseguinte, os títulos conquistados pela circulação internacional entram tanto como estratégias de legitimação das posições dominantes, quanto como trunfos passíveis de serem mobilizados pelos dominados. A passagem pelo exterior, portanto, representa um elemento a mais nos processos de hierarquização, e se expressa em

amalgama com um conjunto de fatores que são a base da diferenciação entre as chances de inserção profissional e a realização de carreiras universitárias. Destacam-se, entre estes, as origens sociais e geográficas, a formação escolar pré-universitária e suas relações com organizações religiosas, a posição das instituições de destino em nível regional e nacional e no *ranking* das avaliações de cursos, e as relações de interconhecimento e inter-reconhecimento constituídas ao longo dos trajetos escolares (CORADINI, 2005, 2011). Na análise exploratória em pauta, interessam os efeitos da circulação internacional para a estruturação das relações de força entre as diferentes instituições e cursos, o que permite melhor compreender os fluxos e as hierarquias transnacionais de “pesquisa e formação para a pesquisa”, e os modos como a concorrência entre “as comunidades científicas dos países centrais se atua em escala local” (GARCIA JR., 2009a, p. 19).

Estão em pauta, portanto, as relações entre trajeto escolar e destinos profissionais, nas quais intervêm o trabalho individual e o coletivo que são o fundamento dos rendimentos provenientes dos títulos escolares, e estão na base de sua relação com os mecanismos de reprodução social e profissional. Isso ocorre pelo descompasso entre o caráter intemporal dos “produtos do sistema de ensino” e as transformações dos mercados de postos (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007), cujos efeitos se evidenciam nas recomposições morfológicas e na reprodução das hierarquias (KARADY, 1973). No caso específico do campo universitário, o sistema de trocas conecta-se às hierarquias entre instituições e departamentos, as quais expressam o sentido prático dos princípios de cooptação, ou seja, definem as probabilidades diferenciais que conectam o espaço de emissão de diplomas ao espaço dos postos de trabalho disponíveis (BURRIS, 2004). Da variedade de condicionantes que estão na base dos múltiplos mecanismos de estruturação do campo universitário e do respectivo recrutamento de sua “elite”, o presente trabalho dedica-se, especificamente, ao exame das relações entre trajeto escolar e as chances de inserção na carreira de professor de pós-graduação em ciências sociais no Brasil.

Informações disponíveis e operacionalização de indicadores

O conjunto do material empírico utilizado é composto por informações sobre 86 programas de pós-graduação em ciências sociais, os quais

estão situados em 44 instituições de ensino superior. No que concerne às divisões administrativas, 30 são instituições federais, 8 estaduais e 6 particulares. Ao todo, o banco de dados é composto por 1.498 agentes, o que representa a totalidade dos professores universitários vinculados aos respectivos programas⁴. O levantamento das informações foi realizado entre novembro de 2011 e setembro de 2012. Como se trata de um trabalho individualizado, produto da consulta aos sites de internet mantidos pelos diferentes programas de pós-graduação, as informações sobre os seus quadros docentes dependem de sua atualização e veiculação. Além disso, após a primeira etapa de identificação das listas, iniciou-se o segundo momento: a coleta de informações através da consulta à plataforma *lattes*, e sua posterior sistematização.

No caso em análise, são mobilizadas as informações constantes no quadrante relativo à formação acadêmica/titulação e naquele que se refere à atuação profissional. No primeiro caso, encontram-se os títulos que respaldam a condição de professor de ensino superior; no segundo, tratava-se de identificar o programa de pós-graduação de vínculo. De modo bastante amplo, os mecanismos institucionalizados de autoapresentação estão ligados às “[...] concepções definidas tanto sobre o que é a carreira acadêmica quanto sobre o que deve ser e para que deve servir a própria base de dados” disponibilizada pelo CNPq (ALMEIDA *et al.*, 2012, p. 170). Portanto, o modo por meio do qual os agentes se relacionam com um modelo de autoapresentação precodificado e de aplicação universal, tal como o currículo *lattes*, depende dos esquemas práticos de classificação e percepção vigentes, do ponto da trajetória onde esses se encontram e dos valores de determinados recursos nos processos de hierarquização e realização das carreiras.

Os programas de pós-graduação em ciências sociais considerados nesta exposição merecem alguns esclarecimentos. O primeiro ponto a ser destacado refere-se à hierarquia formal dos cursos, apreendida a partir dos resultados da avaliação trienal 2010-2012. Considerando os relatórios das áreas de avaliação de antropologia e arqueologia, de ciência política e relações internacionais, e de sociologia, em 2013 estavam em funcionamento

4 Variações podem ser encontradas no número total, considerando que a consulta foi realizada individualmente e a partir das listas divulgadas pelos próprios programas de pós-graduação em seus respectivos sites.

110 programas de pós-graduação. A diferença entre os cursos retidos para análise e a totalidade daqueles que compõem as respectivas áreas decorre de uma definição inicial restrita. Com base nela, foram excluídos, na área de antropologia, os cursos de arqueologia; na de ciência política e relações internacionais, os de avaliação e gestão de políticas públicas, e os de ciências militares e afins; e na de sociologia, foram igualmente excluídos os programas de avaliação e gestão de políticas públicas (Tabela 1).

Tabela 1 – Diferença entre os PPGs registrados na Avaliação Trienal (2010-2012) e os que compõem a base de dados

	Antropologia / Arqueologia	Ciência política e Rela- ções internacionais	Sociologia
Avaliação trienal (2010-2012)	26	32	52
Base de dados	21	23	42

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Considerando a hipótese que orienta a presente pesquisa, são apreendidas as relações entre trajetos escolares e as diferentes chances de inserção profissional. Tal como em outros trabalhos que se debruçam sobre estas relações e seus efeitos para a configuração do mercado de postos universitários (BURRIS, 2004; CORADINI, 2011), os critérios de hierarquização dos cursos de destino são tomados como parte estruturante das trocas entre diferentes universidades, e elementos integrantes das estratégias de dominação e hierarquização que estruturam o universo em pauta. No entanto, ao contrário das informações disponíveis e utilizadas por Burris (2004), no caso brasileiro, os critérios de hierarquização dos cursos estão integrados nas próprias lutas, visto que sua definição está ao encargo dos agentes que se submetem a eles. Isso complexifica significativamente as relações de troca e mediação entre instituições e agentes envolvidos no processo, o que tem efeitos sobre os destinos profissionais e a estrutura do espaço da pós-graduação em ciências sociais.

Nesse sentido, o mercado acadêmico e o recrutamento de sua “elite” são hierarquizados com base em seu próprio processo de constituição. Quer dizer, dependem tanto da expansão da oferta de títulos escolares,

quanto do controle das instâncias de avaliação que definem as trocas e os diferentes valores desses títulos. O mecanismo de controle e reprodução configura, assim, um sistema em cascata, cujos efeitos são centrais para a estruturação das hierarquias e dos fluxos constitutivos das relações entre centro e periferia. Em vista disso, o exame das relações entre os trajetos escolares e as diferentes chances de inserção como professor dos programas de pós-graduação em ciências sociais está centrado, empiricamente, na identificação dos trajetos escolares, do período de fundação dos programas, das instituições e dos cursos de vínculo profissional, e dos conceitos da avaliação que respaldam as hierarquias. O tratamento destas informações foi realizado com uma análise de correspondências múltiplas específicas, tendo em vista a grande variedade de instituições e de percursos escolares que constituem os trajetos (LEROUX, 2013, p. 257-258). A hipótese geral que orienta a pesquisa é que as diferentes modalidades de trajeto escolar conectam-se às hierarquias dos cursos e instituições de destino. O objetivo é dimensionar o modo como a estrutura dos cursos de pós-graduação em ciências sociais diferencia modalidades de investimento escolar e impacta no perfil do corpo professoral.

Trajeto escolar e inserção profissional nas ciências sociais

O conjunto de oposições que estruturam as diferentes chances de inserção no cargo de professor de pós-graduação em ciências sociais evidencia, por um lado, o peso de determinadas estratégias de reprodução das posições no interior do espaço universitário e, por outro, os diferentes princípios de hierarquização que estão na base das trocas entre instituições. A variação destes fatores é dependente tanto dos valores diferenciais dos títulos escolares, quanto do processo gradual de constituição institucional das ciências sociais. De fato, ocorre uma sobreposição entre as dinâmicas específicas que constituem os perfis dos quadros docentes, a hierarquia dos cursos e a lógica de constituição do espaço institucional das ciências sociais no Brasil. A configuração destas hierarquias assume, portanto, um caráter duplamente estruturado e não completamente convergente, funcionando por um lado através do *ranking* da pós-graduação, e por outro pela antiguidade dos cursos. O último fator, contudo, apresenta uma dupla variação e depende dos níveis de formação e do período de criação dos doutorados.

Em termos gerais, isso coloca em pauta as transformações estruturais do espaço institucional das ciências sociais, notadamente associadas à ampliação e diversificação do espaço de formação de doutores, e à concorrência pela redefinição das hierarquias.

O quadro geral produz uma primeira oposição que se reflete internamente ao que se pode denominar de polo dominante, ou seja, os cursos que ocupam o topo da hierarquia formalmente instituída, situando-se nos chamados “programas de excelência”. Neste polo, encontram-se os cursos com notas seis e sete, os quais se diferenciam tanto pelas modalidades de associação entre trajetos escolares e destinos profissionais, quanto pelo critério de antiguidade. O conjunto de variantes produz uma divisão específica entre a UFRGS, notadamente representada pelos programas de sociologia e antropologia, com nota sete e com seus doutorados fundados na segunda metade da década de 1990; e a USP, UNB e UFRJ, com programas de doutorado mais antigos. No conjunto destas oposições, a UNICAMP aparece no polo representado pela USP, e se apresenta como um caso específico de centralidade na hierarquia dos cursos mesclada à posição periférica regional. Em grande medida, o que está em jogo é o processo gradual de constituição do sistema de pós-graduação em ciências sociais, no qual os “construtores institucionais” têm um papel fundamental na configuração do sistema de trocas interinstitucionais.

Se a diversificação da pós-graduação em ciências sociais, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1960, não é totalmente tributária aos “condicionantes e paradigmas institucionais estabelecidos” no período anterior (TRINDADE, 2006, p. 76), a expansão concêntrica guarda relações significativas com a ossatura institucional preexistente. Assim, para fazer frente aos centros de pesquisa e formação já constituídos, é necessário lançar mão de recursos concorrentes. Neste processo, a vantagem estrutural da USP é significativa. Com programas de pós-graduação dispensando títulos de doutorado desde os anos 1940, a posterior criação de novos centros de formação de cientistas sociais em nível pós-graduado encontra um contingente de titulados aptos a ocuparem os novos postos que vinham surgindo. Além da posição central na produção de diplomas, no momento da foto produzida pela apreensão sincrônica do estado das relações de força entre os programas de pós-graduação no Brasil, a USP tem todos os

seus cursos situados nas posições superiores das hierarquias nacionais. Em contraposição aparecem todos aqueles cursos que são o produto das políticas de expansão ancoradas nas agências nacionais de fomento e/ou no aporte financeiro dispensado pela Fundação Ford. Especialmente no que tange a atuação desta última instituição, como destaca Reis (1993, p. 119), ao invés de “[...] modernizar os programas de Ciências Sociais ou de Sociologia já existentes”, ela direcionou seus esforços para a criação de “[...] espaços institucionais para introduzir a Ciência Política e a Antropologia”, o que vem favorecer a progressiva divisão do trabalho intelectual no interior das ciências sociais brasileiras.

Fortemente ancoradas no processo de diversificação institucional, a posição da UNB e da UFRJ no polo dominante se deve aos cursos de antropologia e sociologia, ambos no topo da hierarquia. No entanto, ao contrário dos programas de pós-graduação em antropologia destas instituições, ambos fundados antes de 1985 e com aporte financeiro da Fundação Ford, os de sociologia se diferenciam pelo tempo de funcionamento dos doutorados: enquanto o da UNB é anterior a 1985, o da UFRJ é da primeira metade da década de 1990. Além destas, duas outras instituições se colocam no quadrante dos “programas de excelência” nas áreas de antropologia e sociologia: a UFRGS e a UNICAMP. No caso da primeira, a relativa distância geográfica e a institucionalização dos cursos de doutorado em meados da década de 1990 permite uma afirmação institucional menos dependente do eixo Rio-São Paulo. O contrário ocorre na UNICAMP: com mestrados fundados no início dos anos 1970, e doutorados em meados de 2000, a instituição se inscreve na periferia no que tange a dinâmica de fluxos de diplomas em nível local, notadamente pelo peso da USP na composição dos quadros professorais das instituições mais recentes no estado de São Paulo.

Nos “programas de excelência” na área de ciência política, há uma espécie de oposição triangular, cujas extremidades são marcadas pela posição da UFMG e IESP-UERJ, da USP, e da UFPE. A diferenciação no espaço da ciência política tem sua base em uma espécie de objetivação da história oficial de seu desenvolvimento institucional no Brasil, marcada pela criação do programa de pós-graduação da UFMG, o primeiro a funcionar no modelo dos *post graduate studies*, e pela criação do IUPERJ, ambos marca-

dos pelo aporte financeiro da Fundação Ford e, conseqüentemente, pelo modelo de ciência política norte-americana (FORJAZ, 1997; CANEDO, 2009; KEINERT; SILVA, 2010). No entanto, embora o programa de pós-graduação em ciência política da UFMG tenha sido o pioneiro, o descompasso entre a criação do curso de mestrado e o de doutorado, que data do início dos anos 2000, contribui significativamente à afirmação de uma dinâmica específica de circulação em nível internacional – em direção aos Estados Unidos –, e nacional – em direção ao IUPERJ.

Em paralelo à configuração de um polo específico de circulação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, estrutura-se um espaço institucional de produção de diplomas de doutorado em nível nacional, o qual se define pela oposição entre a USP e o IUPERJ, ambos com programas de doutorado fundados antes de 1985. No entanto, com a saída dos professores do IUPERJ em 2010, após problemas “financeiros e institucionais” (VELHO, 2010), e a posterior recomposição dos quadros desta instituição na UERJ, com a criação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), modifica-se o quadro de referência institucional, e abre-se um espaço de reivindicação pela do espólio do “antigo IUPERJ”, cujas estratégias acionam narrativas que retomam desde “o primeiro doutorado em ciência política” e a “primeira tese defendida já em 1971”, até os quantitativos de formados em nível de mestrado e doutorado ao longo do tempo⁵. No quadro temporal desta pesquisa, portanto, a configuração institucional se define por um nível de oposição entre o atual IESP-UERJ, a USP, a UFMG e a UFPE, notadamente no que se refere ao perfil de seu corpo professoral. No caso desta última, há uma proximidade relativa com o modo de constituição da pós-graduação em ciência política da UFMG, ou seja, um longo período de funcionamento do curso de mestrado, e a fundação mais recente do doutorado. No entanto, ao contrário da UFMG relativamente ao perfil dos professores, a UFPE tem uma parcela maior voltada para a obtenção de diplomas no exterior associada a uma dependência diversificada dos centros nacionais.

5 Ver, por exemplo, <http://www.iesp.uerj.br/bem-vindo-ao-iesp-uerj>.

Historicamente constituídas, as relações entre trajeto escolar e destino profissional se definem pela dupla relação entre o valor diferencial dos títulos escolares e o processo de constituição e expansão do mercado de postos e diplomas, elementos que estão na base da estrutura quiasmática que diferencia os cursos e as instituições. Evidentemente, o valor dos títulos escolares não se desvincula da história social e institucional das ciências sociais, nem tampouco do trabalho social de sua constituição e veiculação, cujos efeitos subjetivos se objetivam nas chances desigualmente distribuídas de inserção profissional. Portanto, as oposições que compõem este universo colocam em evidência os perfis dos quadros professorais dos diferentes cursos, produto do encontro entre as estratégias individuais e as estratégias coletivas de afirmação no espaço institucional das ciências sociais (Gráficos 1 e 2). Nestes termos, estão em jogo a constituição e a expansão do mercado de títulos escolares e suas relações com as temporalidades que marcam a institucionalização dos cursos de pós-graduação em seus diferentes níveis.

No caso da antropologia, a diferença entre perfis e temporalidade dos cursos constitui um espaço tripartido entre os programas mais antigos ou “tradicionais” – USP, UFRJ e UNB –, a UFRGS, e a UNICAMP. Dos quatro cursos de pós-graduação na área fundados até 1973, os quais dispuseram de 25 professores já doutores, 14 obtiveram seus títulos na USP⁷. Trata-se, contudo, de uma composição fortemente desigual, visto que destes 14, 10 eram professores da própria USP, e outros 3 desempenharam papel fundamental na constituição dos programas do Museu Nacional/UFRJ e da UNB⁸. No entanto, se a posição da USP como polo de formação é significativa, especialmente para aqueles que podem ser considerados “construtores institucionais”, é igualmente fundamental o recurso ao internacional como modo de afirmação no espaço nacional. Assim, todos os outros 11 dispunham de títulos de doutorado no exterior, entre os quais apenas um estava atuando como professor da USP (CORRÊA, 1995, 2013). As relações em pauta indicam, então, a estruturação de um polo nacional de formação e absorção de doutores às carreiras universitárias, e um polo no qual a aliança entre “praticantes recém-conversos” (MICELI,

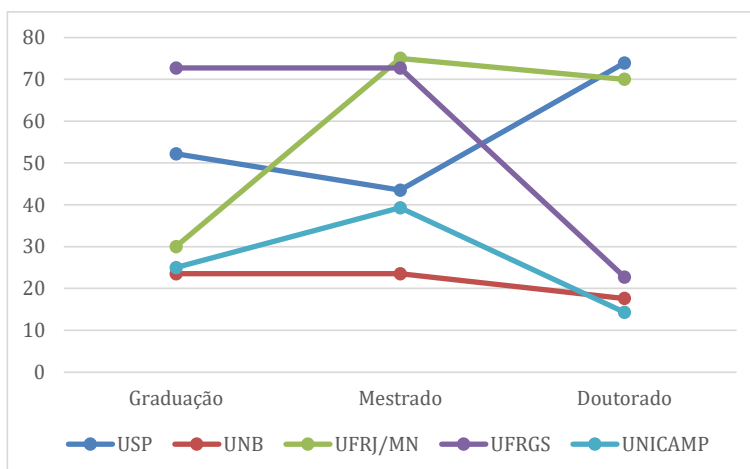
7 A estimativa de Arruda (1995, p. 226) aponta que a USP conferiu 20 títulos de doutorado até 1973.

8 Roberto Cardoso de Oliveira, Julio Cezar Melatti e Roque Laraia.

1995, p. 359), a Fundação Ford e os doutorados no exterior definem as posições concorrentes.

Isto posto, o sistema de trocas e as estratégias de afirmação institucional que constituem a vertebração central da antropologia se objetivam no perfil dos programas em pauta. Considerando aqueles que dispensam títulos de doutorado antes de 1985, há uma oposição entre um polo mais nacionalizado de formação representado pela USP e pela UFRJ, ambas com recrutamento fortemente endógeno (73,9% e 70% com título de doutorado na instituição, respectivamente), e um mais diretamente associado aos centros de formação no exterior, no qual se situa a UNB (47,1% com doutorado nos Estados Unidos). No caso desta última, contudo, ocorre também uma relação significativa com o polo mais nacional de formação, particularmente pela parcela significativa de seu quadro professoral com títulos dispensados pela USP (29,4%). Em grande medida, isto expressa a objetivação do processo histórico de formação dos programas de pós-graduação, por um lado através da crescente afirmação da UFRJ/MN no quadro nacional, por outro pela permanente conexão da UNB tanto com a formação doutoral no exterior, quanto na USP.

Gráfico 3 – Fluxos de trajeto intrainstitucional – Antropologia



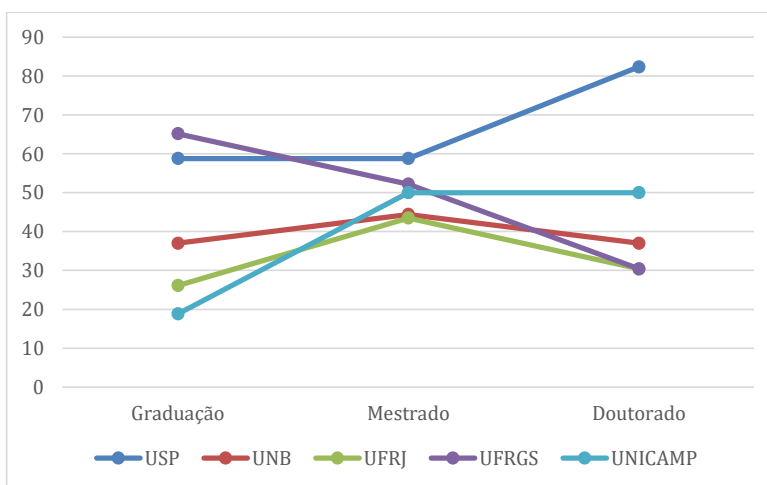
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Situado igualmente no polo dominante no que tange à hierarquia dos cursos de antropologia, a UFRGS se coloca em oposição tanto à UNB quanto à USP e a UFRJ. Isso ocorre tanto por se tratar de um programa de pós-graduação que passa a fornecer títulos de doutorado em um período posterior aos anteriores, quanto por sua posição nos fluxos internacionais de diplomas: enquanto a UNB situa-se no polo anglo-saxão, a UFRGS encontra-se do lado francófono (27,3% com formação doutoral na França). Além disso, no plano nacional ocorre um relativo distanciamento da USP, e uma afirmação a partir da reprodução interna do corpo professoral (22,7% com doutorado na própria instituição), e de uma conexão mais significativa com a UFRJ/MN (18,2%). Isso situa a UFRGS em uma posição diferencial à UNICAMP. Igualmente situada no estrato superior da hierarquia dos cursos, esta última guarda uma ligação muito mais estreita com a USP, de onde vem 53,6% de seus professores. Como se observa nos fluxos intrainstitucionais dos programas de pós-graduação em antropologia (Gráfico 3), o peso da formação interna como trunfo decisivo para as chances de inserção profissional é dependente tanto do *ranking* na hierarquia dos cursos, quanto do processo histórico de afirmação institucional. Assim, dois perfis específicos se desenham: para a USP e a UFRJ/MN, há um peso evidente dos títulos de doutorado obtidos na própria instituição, com uma relevância menor do trajeto escolar anterior, no caso da UNB, UFRGS e UNICAMP, há uma necessidade específica de legitimação externa, especialmente para a aquisição do doutoramento.

No que concerne à sociologia, uma oposição fundamental se configura no polo dominante entre a USP, a mais antiga e por muito tempo única instituição a fornecer formação doutoral na área, e a UFRGS, UFRJ e UNB. Considerando o processo histórico de constituição das ciências sociais no Brasil, a institucionalização do espaço de produção de diplomas de doutorado em sociologia coloca a USP em significativa vantagem, notadamente ao se considerar que no período que vai de 1939 até 1973, 58 títulos de doutorado foram distribuídos por esta instituição (ARRUDA, 1995, p. 225). Nessas condições, a diversificação da produção e distribuição de diplomados, decorrente da expansão do sistema e da abertura de novos centros de formação e pesquisa, ocorre relativamente ao sistema anterior, ancorado na USP. Isso aciona diferentes modalidades de investimento

escolar e estratégias de legitimação institucional, as quais se traduzem na composição dos perfis dos professores dos programas de pós-graduação em pauta. Assim como no caso da antropologia, aqui também se constitui um polo nacional de afirmação da sociologia em nível pós-graduado, fortemente marcado pela posição da USP, com perfil do corpo professoral majoritariamente endógeno (82,4% obtiveram o título de doutorado na própria instituição) e, inclusive, com um rótulo bastante característico: “escola paulista de sociologia”.

Gráfico 4 – Fluxos de trajetória intrainstitucional - Sociologia



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Na sociologia, no extremo oposto do polo representado pela USP, encontram-se desigualmente situadas a UFRGS, a UFRJ e a UNB, instituições que representam a diversificação institucional do espaço de produção de diplomas. Para estas, a titulação no exterior se apresenta como um trunfo fundamental de concorrência e acumulação de capital simbólico. Considerando o quadro professoral da UFRGS, da UFRJ e da UNB, o peso da circulação internacional relaciona-se: i) à posição periférica no processo histórico de constituição das ciências sociais no Brasil, e ii) ao período de institucionalização dos cursos de doutorado. No que concerne ao

primeiro ponto, a UFRGS e a UNB encontram-se fora do eixo histórico de formação das ciências sociais no Brasil, situado em São Paulo e no Rio de Janeiro (MICELI, 1989, 1995). Isso tem um efeito específico na composição do perfil de suas pós-graduações em sociologia: 47,7% dos professores da UFRGS, e 40,7% dos da UNB tem diplomas de doutorado obtidos no exterior. No entanto, ao contrário da antropologia e da ciência política, cuja demanda por diplomas estadunidenses foi induzida pelo fomento da Fundação Ford, na sociologia prevalece a circulação internacional em direção à Europa. Assim, para ambas as instituições, destaca-se a passagem pela França (30,4% e 22,2%, respectivamente), e em menor grau pelos Estados Unidos (13% e 7,4%, respectivamente). No caso da UNB, pela Alemanha (7,4%).

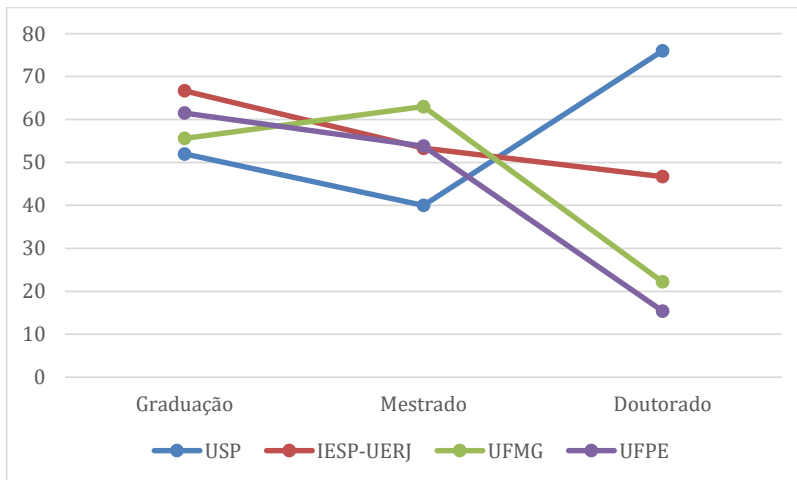
Considerando o segundo ponto, há uma combinação específica entre uma espécie de “efeito de periferia” e o período de institucionalização dos cursos de doutorado. Situada no topo da hierarquia e no eixo histórico das ciências sociais brasileiras, a UFRJ representa um intermediário específico entre um polo mais nacional e outro mais internacional. Isso porque, a formação doutoral de seu corpo docente se divide entre 21,7% com diplomas no exterior, 30,4% na USP, e outros 30,4% na própria instituição. A maior dependência ou insulamento nacional se coloca em contraste com o fato de ser um programa de pós-graduação cujo doutorado foi fundado na década de 1990, mesmo período de criação da UFRGS, e quase dez anos depois da criação da UNB. No caso destas últimas, contudo, a centralidade dos títulos de doutorado no exterior somente é contrabalançada pela reprodução interna do corpo professoral: 30,4% para a UFRGS, 37% para a UNB. Isso permite levantar a hipótese sobre os efeitos do processo histórico de consagração institucional decorrentes da própria história das ciências sociais, o qual contribui decisivamente para a definição das hierarquias objetiva e subjetivamente inscritas nos fluxos de diplomas e na concorrência institucional que marca a pós-graduação em sociologia no Brasil.

Além disso, os fluxos intrainstitucionais da sociologia e os perfis dos programas indicam dois tipos de percursos: um deles em estreita relação com o eixo histórico de institucionalização das ciências sociais no Brasil, com uma reprodução interna mais significativa ou maior dependência dos diplomas nacionais, e outro que passa ao largo deste eixo, afirmando-se

pela obtenção de títulos no exterior e pela reprodução interna, ou seja, com uma menor dependência do eixo São Paulo-Rio de Janeiro (Gráfico 4). Em grande medida, portanto, os confrontos entre os cursos de pós-graduação em sociologia permitem colocar em pauta as diferentes dinâmicas que constituem as estratégias de afirmação institucional, e os efeitos associados às marcas institucionais que incidem na constituição de um espaço gradualmente estruturado, no qual estão em disputa os critérios de hierarquização, as definições de excelência e a concorrência pela formação dos quadros docentes.

No caso dos programas de pós-graduação em ciência política, a estrutura do espaço institucional se expressa mais claramente pela oposição entre a USP, e o IESP-UERJ e UFMG, e a UFPE. Como nos casos anteriores, ocorre a configuração de uma dinâmica específica que opõe os perfis do corpo professoral, a qual retoma a diferenciação entre um polo mais fortemente ancorado no “nacional”, e outro para o qual a formação doutoral no exterior tem peso mais significativo. Ao contrário dos outros casos, na “política” o número de diplomas de doutorado fornecidos pela USP no período pré-Reforma Universitária de 1968 e remodelação da pós-graduação é menos expressivo: 7 doutores até 1973 (ARRUDA, 1995, p. 226). De modo geral, a menor expressividade destes diplomas deve-se a uma multiplicidade de fatores: i) ao fato de a “política” representar apenas uma das dimensões da vida social a ser analisada na tradição da “escola paulista de sociologia”; ii) o forte caráter ensaísta ou jurista das análises políticas; iii) um menor reconhecimento ante às abordagens sociológicas e etnográficas. As três dimensões constituem, na linguagem nativa e, portanto, nas estratégias de afirmação e diferenciação disciplinar, uma tradição do pensamento brasileiro contra a qual se vai buscar a sustentação institucional da ciência política como disciplina independente, cujo principal móvel de luta será a reivindicação da autonomia da esfera política (FORJAZ, 1997; KEINERT; SILVA, 2010).

Gráfico 5 – Fluxos de trajeto intrainstitucional – Ciência Política⁹



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

As lutas pela divisão do trabalho disciplinar e, por meio delas, pela constituição da ciência política são caucionadas pela configuração das oposições que marcam o polo de “excelência” da pós-graduação na área. Neste contexto, o circuito constituído entre a UFMG e IESP-UERJ expressa o cerne das lutas em torno da afirmação de um novo modelo disciplinar, cujo princípio define-se pela diferenciação ante à posição representada pela USP. Em grande medida, a “conformação de uma aliança entre cientistas políticos de Belo Horizonte e Rio de Janeiro (KEINERT; SILVA, 2010, p. 86) ocorre tanto no que concerne à circulação de seu corpo docente e das lideranças responsáveis pela criação institucional quanto pela relação destas com a Fundação Ford e os centros norte-americanos de formação doutoral. Ou seja, a criação do mestrado em ciência política na UFMG, e do mestrado e doutorado no IUPERJ, ambos datando do final dos anos

9 O caso do IESP-UERJ merece ser especificado, notadamente porque representa a herança institucional do IUPERJ, remodelado em 2010. No caso dos fluxos representando graduação, mestrado e doutorado, as proporções utilizadas para a composição do gráfico para os dois últimos níveis são reportadas aos índices do IUPERJ, enquanto a referente à graduação é representada por instituições situadas no Rio de Janeiro. Isso porque o IUPERJ era uma instituição destinada unicamente à formação pós-graduada.

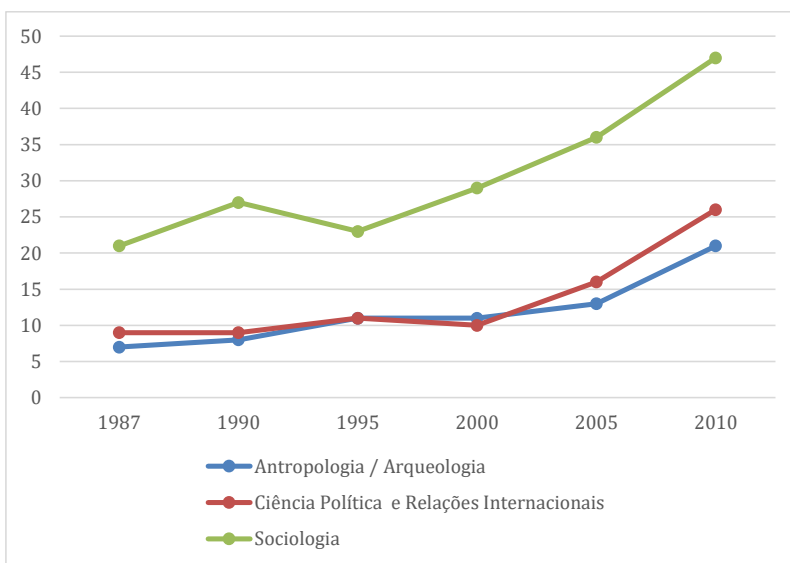
1960, produz um mecanismo específico de trocas interinstitucionais. Isso ocorre porque a UFMG mantém até meados dos anos 2000 apenas a formação de mestrado, o que promove a descontinuidade e favorece tanto a formação no exterior, quanto o circuito representado pela formação pré-doutoral na UFMG (graduação e/ou mestrado), e doutorado no IUPERJ. Efetivamente, trata-se de uma lógica que se evidencia no perfil dos professores do programa de pós-graduação em ciência política da UFMG, com 29,6% com doutorado no IUPERJ, 14,8% nos Estados Unidos, e 22,2% na própria instituição.

Ao que tudo indica, a necessidade inicial de legitimação de uma expertise específica com base na circulação internacional (CANEDO, 2009) é progressivamente nacionalizada com a afirmação de seu polo de reprodução. Isso se evidencia no fluxo intrainstitucional dos trajetos escolares (Gráfico 5), o qual compõe duas lógicas específicas: i) a maior importância do doutorado na própria instituição, no caso da USP; ii) a centralidade de trajetos internos até o nível de mestrado e a posterior circulação em centro de formação externo. Os percursos de formação expressam, assim, tanto a forte reprodução interna da USP (76% com título de doutorado na própria instituição), quanto a diferenciação entre a UFMG, para a qual os títulos de doutorado no exterior têm menor relevância, e o IESP-UERJ e a UFPE, com proporção de titulados no exterior bem mais expressiva: 40,1% e 38,5%, respectivamente.

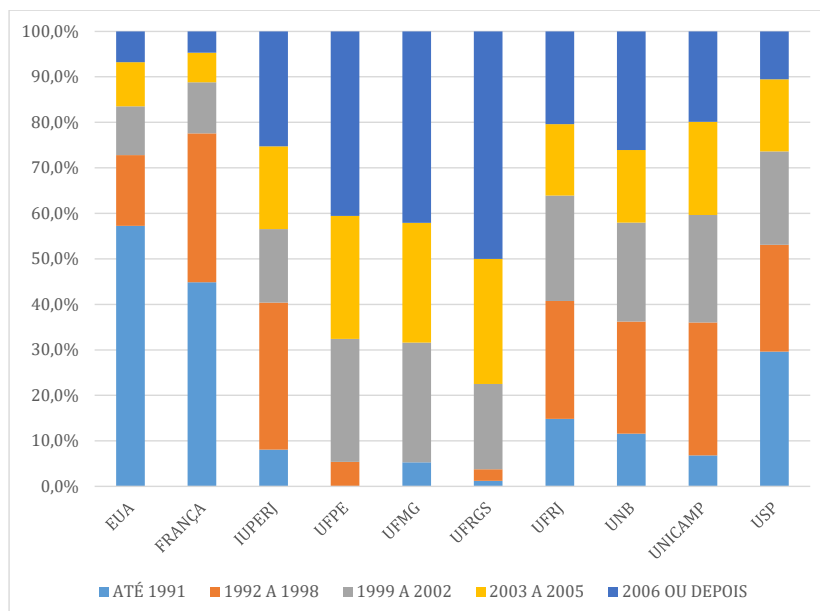
No que concerne ao IESP-UERJ, o destino predominante no exterior são os Estados Unidos (26,7%); no caso da UFPE, há uma divisão equitativa entre este país e a Inglaterra, ambos com 15,4%. Em termos nacionais, IESP-UERJ se consolida como o “herdeiro” do sistema de reprodução interna do antigo IUPERJ (46,7%), enquanto o corpo professoral da UFPE apresenta maior diversidade de instituições de doutoramento, com destaque para aqueles com doutorado na própria instituição ou na USP (15,4% para ambas). Nas clivagens entre IESP-UERJ, UFMG, USP e UFPE, está em pauta a reconfiguração das ciências sociais em decorrência de modalidades diferenciais de investimentos em estudos no exterior, e suas reconversões em formas específicas de abordagem dos fenômenos políticos e sociais, acompanhadas por uma reivindicação de autonomização disciplinar específica.

A estruturação das oposições e a progressiva nacionalização do espaço de formação doutoral estão conectadas às transformações morfológicas que atingem a pós-graduação em ciências sociais ao longo das últimas três décadas (Gráfico 6). A expansão e diversificação, contudo, ocorrem a partir de um conjunto de posições centrais, que encontram na própria história dos cientistas e das ciências sociais brasileiras os meios de sua legitimação e celebração. Como parece evidente, a vertebração inicial das ciências sociais guarda estreitas relações com as hierarquias que se expressam nos “programas de excelência”, sobrepondo parcialmente os vetores calcados na antiguidade e no ranking elaborado pelas agências nacionais de avaliação. Os efeitos principais deste processo estão expressos no sistema de estratégias diferenciais que os programas focalizados impulsionam com vistas à reprodução e/ou manutenção de suas posições, os quais guardam relações com as posições nas dinâmicas de centro e periferia nos planos nacional e internacional. Ao que tudo indica, portanto, as marcas do processo gradual da institucionalização das ciências sociais brasileiras situam a USP como polo nacional dominante na distribuição de títulos escolares em nível doutoral, modelo contraposto pelos programas que passam a surgir a partir dos anos 1960.

Gráfico 6 – Evolução dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Gráfico 7 – Instituição e período de conclusão do doutorado

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A transformação morfológica é acompanhada, igualmente, pelas transformações geracionais do corpo professoral das instituições em pauta, cujo indicativo principal é o movimento progressivo de nacionalização do mercado de títulos escolares. Assim, a centralidade da USP no polo nacional se expressa através de sua reprodução interna do corpo professoral e, igualmente, de sua centralidade como polo emissor de diplomas de doutorado. No entanto, a diversificação do espaço de formação em nível de pós-graduação evidencia a emergência de centros concorrentes, com peso significativo na diplomação das gerações formadas a partir da década de 1990. A progressiva institucionalização dos cursos de mestrado e doutorado em nível nacional tem como consequência a retração dos doutorado no exterior, mais significativos para as gerações formadas no período que corresponde ao processo inicial de criação institucional do atual modelo da pós-graduação no Brasil (Gráfico 7). Colocando de outro modo, a circulação internacional como modalidade de acumulação de capital simbólico

e de uma expertise específica, capaz de fazer frente ao sistema nacional de concorrência, é traço das gerações que participaram do processo de criação institucional, perdendo força principalmente a partir dos anos 2000, período em que tem início a transformação nas políticas de fomento à formação no exterior.

Considerações finais

O presente texto estava centrado nas relações entre trajetos escolares e as chances de inserção na carreira de professor de pós-graduação em ciências sociais no Brasil. Como a análise exploratória geral colocou em evidência, a concorrência pela ocupação dos postos universitários se equaciona em um espaço estruturado e hierarquizado por dois vetores não totalmente convergentes: a antiguidade dos programas de doutorado e o ranking dos cursos.

Assim, a diferenciação entre os trajetos escolares dos professores que compõem os denominados “programas de excelência” varia pela dicotomia entre um centro nacional de produção de diplomas de pós-graduação – a USP –, e a diversificação do espaço de formação a partir de meados da década de 1960. A consequência principal desta espécie de expansão concêntrica é, portanto, a estruturação de relações de centro e periferia em múltiplos níveis, envolvendo a dinâmica nacional e a internacional de fluxos de diplomados, a qual é atravessada pela especificidade disciplinar e pela divisão do trabalho no interior das ciências sociais. Neste quadro, a USP se destaca pela forte endogenia que caracteriza seus cursos, o que garante a quase exclusividade de acesso aos seus quadros e a objetivação de mecanismos de seleção que reproduzem seus próprios marcadores. Em outros termos, configura-se um *cursus honorum* específico.

A diversificação do marco inicial de institucionalização das formações doutorais no Brasil encontra respaldo nos aportes financeiros de fundações privadas e de agências internacionais norte-americanas, componentes particularmente importantes para a diferenciação disciplinar e a implantação do modelo atual de formação pós-graduada. Ao que tudo indica, os trunfos passíveis de serem mobilizados na concorrência pelos cargos de professor de ensino superior, e por meio deles, às atividades em nível de pós-graduação, variam de acordo os marcadores que compõem os trajetos

escolares e por sua relação com a posição da instituição de destino na estrutura dos “programas de excelência” analisados. O peso diferencial dos títulos nacionais ou internacionais liga-se, portanto, ao processo de diversificação e à concorrência pela definição dos critérios de hierarquização nas ciências sociais do Brasil.

Em termos gerais, o plano de continuidade da pesquisa que está na base do presente texto engloba uma série de outras questões e problemas, dentre os quais: 1) uma análise completa e detalhada dos mecanismos de estratificação no interior das ciências sociais (cursos de origem, áreas temáticas, linhas de pesquisa, estratégias de publicação, modalidades circulação internacional); 2) o exame das modalidades e dos critérios de hierarquização, com atenção especial às lógicas de acesso às posições de definição de cursos e carreiras; 3) a apreensão das bases sobre as quais se constituem as relações entre a expansão dos cursos e títulos e a manutenção/transformação das hierarquias; 4) a análise das estratégias de carreira; 5) e o detalhamento das concepções de ciência e do fazer científico que fundamentam as relações com as ciências sociais e definem as hierarquias dos objetos de pesquisa.

Referências

- ALMEIDA, A. M. *et al.* Pesquisando os grupos dominantes – notas de pesquisa sobre o acesso às informações. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 13, p. 47-64, 2012.
- ARRUDA, M. A. N. A modernidade do possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELLI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. V. 1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1989. p. 234-315.
- ARRUDA, M. A. N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELLI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. V. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. p. 107-232.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Escritos de Educação**: Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 127-144.
- BURRIS, V. The academic caste system: prestige hierarchies in PHD Exchange Networks. **American Sociological Review**, v. 69, n. 2, p. 239-264, 2004.
- CANEDO, L. Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes: le cas de la science politique. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs**, Hors-série, n. 2, p. 33-55, 2009.

CANEDO, L.; GARCIA JR. Les boursiers brésiliens et l'accès aux formations d'excellence internationales. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 57/58/59/60, p. 21-48, 2005.

CORADINI, O. L. **Expansão universitária**: circulação internacional e diversidade dos campos disciplinares. Paris: junho de 2000 (Mimeo).

CORADINI, O. L. Formation et insertion professionnelle des professeurs de sciences humaines et sociales au Rio Grande do Sul. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 57/58-59/60, p. 223-259, 2005.

CORADINI, O. L. L'enseignement universitaire de théologie, les rapports centre/périphérie, et les usages des sciences humaines et sociales. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs**, Hors-série, n° 2, p. 93-116, 2009.

CORADINI, O. L. Titulação escolar, mercado e capital social na hierarquização escolar: as relações entre a obtenção do título de doutor em sociologia e o ingresso na carreira. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 39-54, jan./jun. 2011.

CORRÊA, M. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. V. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. p. 25-106.

CORRÊA, M. **Os traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia**. São Paulo: Unicamp, 2013.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997.

GARCIA JR., A. Études internationales et renouveau des modes de pensée et des institutions politiques: le cas du Brésil. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs**, Hors-série, n. 2, p. 7-31, 2009a.

GARCIA JR., A. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. **MANA**, v. 15, n. 2, p. 411-447, 2009b.

GARCIA JR., A. Mobilité universitaire et circulation internationale des idées: le cas du Brésil contemporain. **Revue de Synthèse**, t. 132, série 6, n. 4, p. 567-574, 2011.

HEILBRON, J. Échanges culturels transnationaux et mondialisation: quelques réflexions. **Regards sociologiques**, n. 22, p. 141-154, 2001.

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP). **Bem-vindo ao IESP-UERJ**. 2018. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/bem-vindo-ao-iesp-uerj>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

JACKSON, L. C.; BARBOZA, D. P. Histórias das ciências sociais no Brasil. In: MARTINS, C. B.; MICELI, S. (Org.). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017. p. 217-279.

KARADY, V. L'expansion universitaire et l'évolution des inégalités devant la carrière d'enseignant au début de la IIIe République. **Revue Française de Sociologie**, v. 14, n. 4, p. 443-470, 1973.

KARADY, V. La republique des lettres des temps modernes: L'internationalisation des marchés universitaires occidentaux avant la Grande Guerre. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 121-122, p. 92-103, 1998.

KEINERT, F. C.; SILVA, D. P. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 79-98, 2010.

LEROUX, B. **Analyse géométrique des données multidimensionnelles**. Paris: Dunod, 2013.

MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. V. 1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1989.

MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. V. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

REIS, E.P. A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do IUPERJ. In: MICELI, S. (Org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo, Editora Sumaré, 1993. p. 115-129.

TRINDADE, H. Ciências sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e institucionalização. In: TRINDADE, H. **As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada: 1930-2005**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 73-177.

VELHO, G. IUPERJ: desafio e crise. **Associação Brasileira de Antropologia**, 25 de março de 2010. Disponível em: http://www.abant.org/conteúdo/002PRINCIPAL/IUPERJ_desafio_crise.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2019.

Scholar paths and Professional destinations: the case of social sciences in Brazil

Abstract

This work focuses on the relations between scholar paths and professional destinations in Brazilian social sciences. This is a first exploration of a database composed by a set of professors that are part of graduated programs in anthropology and archeology, political science and international relations and sociology. The main hypothesis that order this research is that the distinct modes of scholar paths connect themselves to the hierarchies of the destinations' courses and institutions. The goal is to size the way in which the structure of the graduate courses distinguish modalities of scholar investments and impact in the teacher's body profile. To do that, an multiple correspondence analysis (MCA) was conducted taking the origin's scholar institution, the foundation date of the courses, the evaluation concepts and the arrival point in terms of professional bond. The results indicate that the conexions between origin's and destination's institution are dependent on the relations between center and periphery on national and international level, impacting in distinct modes in the chances of access at the careers and the affirmation in the field of social sciences.

Keywords: Anthropology. Political science. Sociology. International circulation.

Anexo estatístico

Variáveis e contribuições

	Contribuições (%)	
	Fator 1	Fator 2
Instituição de graduação	19,07	19,29
Instituição de mestrado	18,5	19,6
Instituição de doutorado	15,85	14,07
Instituição de vínculo	23,21	23,37
Conceito de avaliação do curso	7,35	14,15
Ano de fundação do PPG	16,02	9,52
Total		

Variáveis e modalidades

Variáveis ativas	Modalidades	Modalidades após especificação de ilustrativas
Instituição de graduação	31	22
Instituição de mestrado	26	14
Instituição de doutorado	21	13
Instituição de vínculo	44	21
Conceito de avaliação do curso	5	5
Ano de fundação do PPG	4	4

Eixos e valores associados

Eixo	Valor próprio	Porcentagem (Inércia)	Porcentagem acumulada
1	0,5218	4,27	4,27
2	0,5049	4,13	8,40

Recebido em: 26/11/2018

Aprovado em: 03/04/2019